



Compilado em Dezembro 2009

Resumo da Evolução da legislação de Acústica em Portugal

1984

Decreto-Lei n.º 271/84 de 6 de Agosto – Estabelece as disposições relativas à construção de instalações destinadas a boites, discotecas e certos espectáculos ao ar livre e outras actividades similares, na perspectiva de controle de poluição sonora.

1987

Lei n.º 2/87, de 8 de Janeiro - Obrigatoriedade de consulta prévia às câmaras municipais para a autorização e licenciamento de jogos de perícia, máquinas de diversão e outras diversões públicas.

Decreto-Lei n.º 251/87, de 24 de Junho - Aprova o Regulamento Geral sobre o Ruído. (Alterado pelo Decreto-Lei n.º 292/89, de 2 de Setembro. Revogado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro).

1989

Decreto-Lei n.º 292/89, de 2 de Setembro - Altera algumas disposições do Regulamento Geral sobre o Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 251/87, de 24 de Junho. (Transpõe a Directiva 87/56/CEE. JO L24 88-1-27. Revogado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro).

1990

Portaria n.º 555/90, de 17 de Julho - Estabelece normas relativas à limitação das emissões sonoras das aeronaves civis subsónicas com propulsão por reacção.

Portaria n.º 879/90, de 20 de Setembro - Estabelece disposições legais sobre a poluição sonora emitida por diversas entidades. (Transpõe diversas directivas relativas a ruído de máquinas e materiais de estaleiro e máquinas de cortar relva. Alterada pela Portaria n.º 77/96, de 9 de Março. Revogada pelo Decreto-Lei n.º 76/2002, de 26 de Março).

1991

Portaria n.º 340/91, de 13 de Abril - Dá nova redacção ao n.º 1 da Portaria n.º 555/90, de 17 de Julho (estabelece normas relativas à limitação das emissões sonoras das aeronaves civis subsónicas com propulsão por reacção).

1992

Decreto-Lei n.º 72/92, de 28 de Abril - Estabelece o quadro geral de protecção dos trabalhadores contra os riscos devidos à exposição ao ruído durante o trabalho. (Transpõe a Directiva 86/188/CEE. JO L137 86-5-24).

Decreto Regulamentar n.º 9/92, de 28 de Abril - Regulamenta o Decreto-Lei n.º 72/92, de 28 de Abril. (protecção dos trabalhadores contra os riscos devidos à exposição ao ruído durante o trabalho).

1993

Decreto-Lei n.º 114/93, de 12 de Abril - Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva 92/14/CEE, do Conselho de 2 de Março, relativa à limitação da exploração dos aviões que dependem do anexo n.º 16 da Convenção Relativa à Aviação Civil Internacional.

Decreto-Lei n.º 378/93, de 5 de Novembro - Estabelece o regime aplicável à concepção e fabrico de máquinas, visando a protecção da saúde e segurança dos utilizadores e de terceiros. (Transpõe as Directivas n.º 89/392/CEE e 91/368/CEE).

1995

Portaria 512/95, de 29 de Maio - Define os prazos a que ficam sujeitas as aeronaves civis subsónicas de propulsão por reacção.

Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de Novembro - Regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espectáculos e divertimentos públicos e estabelece o regime jurídico dos espectáculos de natureza artística. (Alterado pelo Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro).

Decreto-Lei n.º 316/95, de 28 de Novembro - Regula o exercício de diversas actividades sujeitas a licenciamento. (Alterado pelo Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de Novembro).

1996

Portaria n.º 77/96, de 9 de Março - Estabelece disposições legais sobre a poluição sonora emitida por diversas actividades. (Altera a Portaria n.º 879/90, de 20 de Setembro. Transpõe a Directiva 95/27/CE. JO L168 95-7-18. Revogada pelo Decreto-Lei n.º 76/2002, de 26 de Março).

2000

Decreto-Lei n.º 267-B/2000, de 20 de Outubro - Aprova o Regulamento dos Elementos e Características dos Veículos a Motor de Duas e Três Rodas. (Transpõe a Directiva 97/24/CE. JO L226 97-8-18).

Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro - Aprova o Regulamento Geral do Ruído.

(Revoga o Decreto-Lei n.º 251/87, de 24 de Junho e 292/89, de 2 de Setembro. Revoga o art.º 1º, alínea g), subalínea i) e art.º 3º da Portaria n.º 326/95 de 4 de Outubro (II série). Alterado pelo Decreto-Lei n.º 76/2002, de 26 de Março. Alterado pelo Decreto-Lei n.º 259/2002, de 23 de Novembro).

2001

Decreto-Lei n.º 49/2001, de 13 de Fevereiro - Transpõe para o direito interno a Directiva n.º 99/101/CE, da Comissão, de 15 de Dezembro, e vem regulamentar o n.º 3 do art.º 114 do Código da Estrada, aprovando o Regulamento Respeitante ao Nível Sonoro Admissível e ao Dispositivo de escape dos Automóveis.

2002

Decreto-Lei n.º 76/2002, de 26 de Março - Aprova o Regulamento das Emissões Sonoras para o Ambiente do Equipamento para Utilização no Exterior. (Altera o Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro. Transpõe a Directiva 2000/14/CE. JO L162 2000-7-03).

Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de Maio - Aprova o Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios.

Decreto-Lei nº 259/2002, de 23 de Novembro - Altera o Decreto-Lei nº 292/2000, de 14 de Novembro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído. Alterações: Altera os artigos 9.º, 17.º, 19.º, 20.º, 22.º, 24.º, 26.º e 27.º do Decreto-Lei nº 292/2000, de 14 de Novembro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído. (Este diploma altera o Decreto-Lei 292/2000 14-11).

2003

Despacho nº 10856/2003, de 31 de Maio (II série), do Ministro das Cidades Ordenamento do Território e Ambiente - Aprova o programa de candidatura a apoio financeiro no âmbito do Regulamento Geral do Ruído.

2006

Decreto-Lei n.º 146/2006 de 31 de Julho – Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa à avaliação do ruído ambiente.

Declaração de Rectificação n.º 57/2006 de 31 de Agosto – de ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 146/2006 que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 134, de 13 de Julho de 2006.

2007

Decreto-Lei 9/2007 de 17 de Janeiro – Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei 292/2000, de 14 de Novembro.

Declaração de Rectificação n.º 18/2007 de 16 de Março – de ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 9/2007, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, publicado no Diário da República, 1.ª Série, n.º 12, de 17 de Janeiro de 2007.

Decreto-Lei 278/2007 de 1 de Agosto – alteração ao Decreto – Lei 9/2007 de 17 de Janeiro.

2008

Decreto-Lei n.º 96/2008 de 9 de Junho – Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de Maio, que aprova o Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios.

Portaria 232/2008 de 11 de Março - remete a indicação dos elementos instrutores dos pedidos de realização de operações urbanísticas

Declaração de rectificação de 2008/26 – rectificação da portaria 232/2008.

2009

Critérios de amostragem sobre o Regulamento dos Requisitos Acústicos de Edifícios Decreto-Lei n.º 96/2008, de 2 de Abril de 2009.